

POLÍCIA

SANTO ÂNGELO

Descoberta extorsão contra índios

Polícia Federal investiga um esquema montado por comerciantes contra tribos caingangues e guaranis

CARLOS ETCHICHURY
 Casa Zero Hora/Missões

Um esquema de extorsão na Reserva Indígena da Guarita supostamente montado por comerciantes do noroeste do Estado começou a ser desbaratado pela Polícia Federal (PF) de Santo Ângelo. Desde o início do ano, os policiais investigavam uma fraude que estaria prejudicando índios de reservas no norte do Estado e nas Missões. Na manhã de terça-feira, os agentes prenderam o comerciante Alex Szulczewski, 25 anos, em Miraguai. A reserva, que tem 23 mil hectares nos municípios de Redentora, Miraguai e Tenente Portela, abriga 4,7 mil índios – 80% de caingangues e 20% de guaranis. Szulczewski é acusado de obrigar os índios aposentados como agricultores e as mulheres que desfrutam o auxílio maternidade a gastar num mercado de sua propriedade os R\$ 130 que recebem.

A PF aguardava pelo pedido de prisão preventiva desde o dia 9 de março, quando encontrou em poder de Szulczewski 12 cartões magnéticos do Banrisul e três carteiras de identidade pertencentes aos indígenas. Segundo o delegado da PF de Santo Ângelo, Luiz Nestor Contreira, o comerciante fornecia os alimentos aos índios e cobrava os gastos ao final do mês sem prestar contas. O preço dos produtos era, quase sempre, majorado.

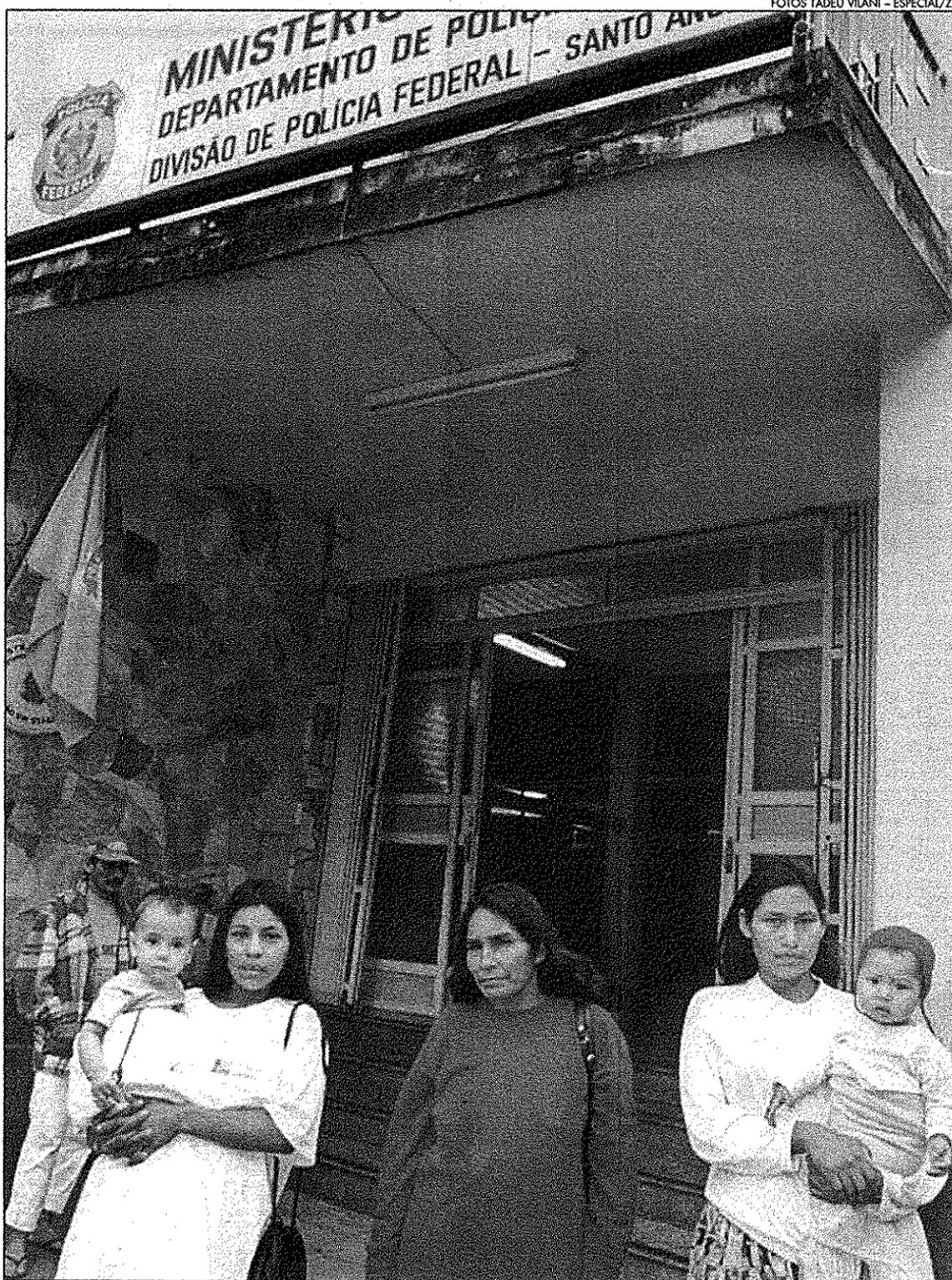
Ele e um funcionário usavam duas caminhonetes para conduzir os índios da Reserva da Guarita ao Banrisul no início de cada mês. Só então os cartões magnéticos eram liberados para que os índios aposentados recebessem R\$ 130 do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao ganhar a quantia, explica Contreira, os índios a repassavam de

forma integral ao proprietário do mercado. O delegado desconfia que o comerciante detenha cartões de todos os clientes, e não apenas os 12 apreendidos. Em depoimento, Szulczewski disse que os indígenas não tinham como guardar os documentos.

O comerciante mantinha quatro cadernos pequenos repletos de informações, contendo as despesas dos índios. Em março, 119 clientes constavam na lista de devedores. Os gastos anotados nas cadernetas são, em média, bem maiores do que a capacidade de pagamento dos índios. A dívida de Artur Briko no terceiro mês do ano é de R\$ 1.015, enquanto o salário é de R\$ 130. Testemunhas dizem que cinco quilos de farinha de trigo, cujo preço gira em torno de R\$ 1,40, no estabelecimento de Szulczewski não saía por menos de R\$ 4. Mesmo que o número de índios vítimas de extorsão não exceda aos 119 contidos na caderneta, o montante de dinheiro envolvido é razoável: pelo menos R\$ 15 mil. Mas as cifras podem ser maiores.

Na Reserva da Guarita há em torno de mil aposentados, que gastam cerca de R\$ 130 mil em mercados. O funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Tenente Portela José Mariano, 36 anos, prefere não citar nomes, mas garante que a extorsão ocorre há muito tempo.

O uso irregular do auxílio maternidade das índias também é investigado. Cada uma das mulheres que engravidam tem direito a R\$ 520. O delegado conta que Szulczewski acompanhava as índias ao longo da gravidez e, nos últimos meses de gestação, fazia com que gastassem no seu mercado. Quando recebiam o dinheiro, independentemente da dívida, entregavam-no ao comerciante.



FOTOS TADEU VILANI - ESPECIAL/ZH

Ouvida na polícia: Marli (E) diz que teve de entregar todo o dinheiro referente ao auxílio maternidade

Marli gastou tudo no mercado

Nove dias depois de fazer uma cirurgia cesariana em Tenente Portela, a primeira atitude de Marli Carvalho, 26 anos, foi abastecer a sua casa no mercado de Alex Szulczewski. Não que fosse necessário. É que o comerciante, segundo Marli, a aguardava na porta do hospital e tratou de levá-la para o estabelecimento de sua propriedade. Até então, conta a caingangue, apenas Maria, sua mãe, comprava com ele. Mas bastou Szulczewski ver o crescimento abrupto do abdômen de Marli, indicando a gravidez, para se interessar pela cliente. Dois meses depois, a índia teria direito a R\$ 520, em até quatro parcelas, referentes ao auxílio maternidade pago pela União.

Após o gasto que, conforme Marli, não passou de R\$ 50, a índia entrou para a caderneta de

Szulczewski. No dia 29 de maio de 1998, quando recebeu R\$ 204 no Banrisul de Tenente Portela, referente à primeira parcela do auxílio maternidade – a União lhe pagou em três vezes – ela teve uma desagradável surpresa: deu o dinheiro, de forma integral, para o comerciante. Além disso, o cartão magnético também lhe foi tirado.

– Não teve nem conversa – relata Marli.

No dia 3 de junho, data do segundo pagamento, ocorreu o mesmo. Contudo, o valor era de R\$ 130. A surpresa maior, porém, aconteceu em 3 de julho. Marli lembra que chegou ao banco e não teria mais nada na conta: o dinheiro teria sido retirado por outra pessoa. Ela diz que buscou informações no banco e denunciou o caso à polícia, mas o dinheiro não apareceu.



Material apreendido: delegado Contreira com cartões dos índios